



PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A RESSIGNIFICAÇÃO DOS SABERES NA FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPO DE PANDEMIA

Talytha Cardozo Angelo¹
Leandra Antonia Petri Mérico²
Vanessa Alves Vieira³
Jaqueline Ramalho Nogueira Santos⁴

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir os novos contornos da formação docente em decorrência das modificações no cenário a partir das medidas de distanciamento social, devido à pandemia do COVID-19, onde diversas áreas da sociedade tiveram que se adaptar, entre elas: a educação. A alfabetização científica, de cada área do conhecimento, desenvolve no aluno a capacidade de organizar os pensamentos de maneira lógica e auxilia na construção de uma consciência mais crítica em relação ao mundo que o cerca. O Programa Residência Pedagógica busca oportunizar esse aprendizado, bem como, promover a ajuda ao bolsista a exercer a cidadania e desenvolver a reflexão crítica que, são fatores necessários à metodologia dinâmica nas escolas prática e contextualizada o que contribui para um caráter construtor de conhecimento e de práticas pedagógicas para o futuro profissional. O Programa Residência Pedagógica desenvolvido pelos alunos bolsistas nas diferentes áreas dos subprojetos: Educação Física, História, Letras Inglês e Pedagogia dos cursos de Licenciaturas do Centro Universitário São Camilo – ES, pautar-se-á a partir do pressuposto que um dos objetivos da escola básica é a formação para a cidadania. Nesse sentido, proporcionar ao indivíduo condições de conhecer, vivenciar, interpretar e ressignificar os conhecimentos adquiridos. Fica evidenciado que ao utilizar-se de leituras diferenciadas de mundo de forma criativa e reflexiva no ambiente escolar, contribui-se para tornar esse espaço de vivências prazerosas. Esse contato da Universidade com o cotidiano escolar busca diagnosticar os possíveis equívocos no processo de aprendizagem quanto ao desenvolvimento da linguagem científica, nas relações inter pessoais e principalmente no que de fato almeja-se enquanto educadores – formar cidadãos comprometidos com os anseios da sociedade. A avaliação que se faz do conjunto de ações realizadas é bastante positiva por permitir a inserção dos bolsistas na realidade escolar e pela relevância dos trabalhos produzidos para o desenvolvimento e crescimento coletivo da comunidade escolar. Tem-se observado nas escolas que ainda é comum a prática educativa centrada na transmissão de conteúdos com ênfase na memorização e na repetição de fatos históricos. Essa prática docente exige do aluno uma aprendizagem de conteúdos como se fosse verdades absolutas e com o tempo foi-se observando que essa prática atende apenas a uma camada da sociedade privilegiada e sendo assim, não contribui para a formação do homem em sua plenitude.

¹ Graduanda do Curso de História no Centro Universitário São Camilo-ES, talythacardozo@gmail.com;

² Graduanda do Curso de História no Centro Universitário São Camilo-ES, leandrapetrimerico@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de História no Centro Universitário São Camilo-ES, Olidanyendy211295@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Graduada em Comunicação Social, História e Pedagogia, Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, jaquelinesantos@saocamilo-es.br

*O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica no Centro Universitário São Camilo, pelo edital nº 09/2020. As integrantes foram voluntárias.



Acredita-se que a iniciação dos *licenciandos* na escola torna-se relevante como fundamento da prática nos saberes da docência, os quais, em diálogo com os desafios do cotidiano, sustentam e possibilitam o desenvolvimento da identidade de um profissional reflexivo e pesquisador, ao articular contextos mais amplos, por exemplo, o ensino como prática social. Dessa forma, as escolas parceiras ao Programa Residência Pedagógica terão que revisitar suas estruturas curriculares e as metodologias aplicadas atualmente, tanto para a formação inicial, quanto para a formação continuada dos professores, principalmente no contexto atual de pandemia. E assim, o Programa Residência Pedagógica surge como importante instrumento para uma melhor formação de professores, uma vez que, favorece a parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino, ao inserir os estudantes de graduação dos cursos licenciatura no âmbito escolar, proporcionando um papel mais ativo no processo de ensino-aprendizagem. Foram analisados decretos, portarias e resoluções para compreender o panorama, sendo assim, o ensino passou por transformações, como a estrutura híbrida, rodízios em sala de aula, atividades assíncronas e aulas on-line. Sabendo disso, os agentes sociais que sofrem com essas mudanças incorporam além dos alunos das escolas regulares, como também os discentes que estão cursando a graduação, uma vez que se têm obrigatoriamente o estágio, ao lado disso, o Programa Residência Pedagógica. Em resumo, o que se pretende é identificar, caracterizar e analisar as diferentes estratégias metodológicas utilizadas pelos docentes das escolas da rede municipal e estadual de ensino do município de Cachoeiro de Itapemirim, bem como, analisar o desempenho dos discentes dos cursos de Licenciatura do Centro Universitário São Camilo-ES na elaboração e aplicação atividades pedagógicas voltadas para a melhoria do processo de aprendizagem em tempo de pandemia. Nesse sentido, o Programa Residência Pedagógica contribui não só para o graduando como também para os professores e alunos da educação básica. Para os graduandos tem-se a oportunidade de elaborar e aplicar diferentes projetos pedagógicos, o que possibilita o desenvolvimento de um trabalho didático-pedagógico de forma a articular teoria com a prática, favorecendo no processo de formação, bem como, o desenvolvimento de estudos e discussões dos fazeres docentes, contemplando a tríade ensino, pesquisa e extensão. Já para os professores das escolas parceiras, estes, terão contato como novas metodologias de trabalho em sala de aula. Enquanto para os alunos, a utilização de novas estratégias de ensino também favorece o processo de aprendizagem. Observa-se que são inúmeros os desafios enfrentados pelos acadêmicos e professores para que se consiga desenvolver um trabalho que proporcione mudanças significativas na educação. Longe das salas, o momento de reinvenção mostrou-se curioso a pesquisa, de maneira que se buscou investigar a formação docente no cenário pandêmico, a realidade dos professores atuantes e recepção dos alunos.

Palavras-chave: Residência Pedagógica, Licenciatura, Saberes, Formação Docente, Pandemia.

INTRODUÇÃO

Hoje, vivemos em uma época de mudanças que exigem do homem rápidas adaptações. Fiel a este quadro, temos a escola e a sala de aula, que fazem parte desta sociedade, devendo promover avanços e transformações para atender a todas as camadas sociais inseridas nesse contexto. O ato de ensinar na sociedade atual requer um novo pensar das práticas docentes. Diante dessa nova realidade, tornou-se fundamental reconstruir as relações entre os saberes adquiridos na formação universitária e a complexidade dos saberes mobilizados no cotidiano da sala de aula.

Há que se ter, então, uma preocupação ainda maior com a formação dos profissionais que, inseridos no cotidiano da sala de aula, tenham a capacidade de lidar com as novas problemáticas e novas tecnologias à disposição da educação. Novas formas de aprender necessitam de novas formas de ensinar, posto isso, apresenta-se o referencial teórico pautado na análise de documento normativos.

Nesse sentido, atendendo ao Decreto Estadual nº 4593 – R, de 16 de março de 2020, que dispõe sobre o estado de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo; à Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020, que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19); ao Decreto Municipal de 17 de março de 2020, que suspende as aulas da rede municipal de ensino; ao Decreto nº 4606, publicado pelo Governo Estadual, em 21 de março de 2020; a Resolução do Conselho Estadual de Educação-ES nº 5.447, em 20 de março de 2020; a Medida Provisória nº 934, de 01 de abril de 2020; a Portaria nº 048- R de 01 de abril de 2020, da Secretaria de Estado da Educação, ao Decreto nº 4625 – R, de 04 de abril de 2020; ao Decreto nº 4659-R, de 30 de maio de 2020. O Programa Residência do Centro Universitário São Camilo – ES busca contribuir para a melhoria do processo de aprendizagem troca de experiência e interação no trabalho docente, promovendo a articulação teoria e prática e um constante re-pensar da sua práxis pedagógica.

METODOLOGIA

Devido à pandemia, o projeto de pesquisa passou por novas definições, tais como a adequação ao formato de discussão teórico-conceitual, o que acrescentou objeto de pesquisa explicativa, e procedimento bibliográfico, uma vez que analisam as bibliografias nas temáticas da formação, como também, do Programa Residência Pedagógica, a situação professor e do estudante no cenário pandêmico, além das continuidades do aprendizado.

Outra adaptação, portanto, foi no sentido do procedimento metodológico, o que antes caminharia para questionário com os alunos de escola regular sob a orientação dos graduandos do Programa Residência Pedagógica, em última instância, tornou-se relato de experiência. As razões, todavia, pautam na ausência de contato com esses alunos.

Como não houve intervenção direta nas salas de aula, o formato de análise de dados deixou de ser pesquisa de campo, para pesquisa bibliográfica, sendo assim, por meio de seleção de trabalhos publicados, leitura, interpretação e dissertação dessas fontes.



A abordagem qualitativa encarregou-se da observação do recorte temporal, realizada na pesquisa de natureza básica, na investigação da formação docente no cenário pandêmico, a realidade dos professores atuantes e recepção dos alunos.

Por fim, no enquadramento de uma pesquisa realizada no Centro Universitário São Camilo a partir do edital nº 09/2020, do programa de Iniciação Científica, as integrantes ao declararem-se voluntárias, não houve a disposição de bolsas ou remuneração. Sendo assim, o levantamento de dados, além da ênfase aos documentos normativos acerca da pandemia, publicados pelas instâncias promotoras da Saúde, e a frente da Educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. FORMAÇÃO DOCENTE NO CENÁRIO PANDÊMICO

Inicialmente, deve-se pontuar que, a educação difundida em métodos a distância promove a autonomia do estudante, uma vez que a carga de responsabilidade sobre a progressão do assunto está em suas mãos. De acordo com Oliveira *et al.* (2020, p. 52863) “atualmente, com o advento da pandemia ocasionada pela COVID-19, a educação a distância tornou-se um veículo que possibilita o acesso à educação, quando a educação presencial se tornou inviável devido ao risco de contágio”, ou seja, o que era tido como uma ferramenta opcional, mostrou-se o caminho para continuidade do ensino-aprendizagem, de maneira que aglomerações puderam ser evitadas, como orientado pelo Decreto Estadual nº 4593 – R, de 16 de março de 2020, que anunciou Emergência na saúde pública do Espírito Santo.

Nesse sentido, são perceptíveis as diversas alterações no cenário educacional, fase em que os autores começam a questionar-se sobre o que esperar de um futuro pós-pandemia, pois o impacto provocado por essas saídas emergenciais alterou completamente o ensino tradicional, considerando a Resolução do Conselho Estadual de Educação - ES nº 5.447, em 20 de março de 2020, que propõe também a suspensão de aulas presenciais, e em menção a Oliveira *et al.* (2020, p. 52864) “no dia 18 de março de 2020, em decorrência da COVID-19, o Ministério da Educação - MEC suspendeu as aulas presenciais em todo o Brasil através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.”

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (PORTARIA Nº 343, de março de 2020)



Tais mudanças não afetaram apenas a forma de aprender, a partir do Decreto nº 4606, publicado pelo Governo Estadual, em 21 de março de 2020, houve mudanças no funcionamento dos serviços em respeito às medidas sanitárias. Como também o jeito de ensinar, os professores vislumbram um cenário em que o domínio de tecnologia fez-se inegavelmente necessário, e com isso, novos desafios. Sem excluir, no entanto, os estudantes de licenciatura, instância em que a aprendizagem nas instituições de Ensino Superior contornou algo completamente diferente dos anos anteriores.

A formação docente, em si, também sofreu com o distanciamento do ensino presencial na IES, mas de súbito, o quadro tornou-se também uma barreira para inserção na sala de aula regular. O estudante de licenciatura foi privado do Estágio presencial nas escolas parceira do Programa Residência Pedagógica, de modo que, ao seguir as medidas propostas pelo Ministério da Saúde, e até mesmo o Ministério da Educação, em meio a gestão em período de Pandemia, como afirma Rodrigues *et al.* (2020, p. 8): “a decisão imposta por tais documentos não levou em conta a heterogeneidade regional, cultural e socioeconômica do país”, pois inúmeros alunos permanecem sem o acesso.

A experimentação do ensino remoto evidenciou a desigualdade existente no país. Enquanto que uma parcela da população conta com internet, smartphone, computador e local silencioso para assistir às aulas, em contrapartida, a outra parcela da população brasileira não tem sequer condições de fazer três refeições diárias. (OLIVEIRA *et al.*, 2020, p. 52865)

Não obstante, as universidades “passaram-se a se adaptar à implementação dos sistemas digitais” (RODRIGUES *et al.*, 2020, p. 9), ao lado da sobrecarga de trabalhos, leituras, e atividades para os acadêmicos em formação. A respeito disso, Lima *et al.* (2020, p. 4), discutem justamente o Estágio dos acadêmicos em licenciatura, podendo estes, fazê-lo apenas em modalidade digital, as autoras abordam o Parecer CNE/CP nº 5/2020, sobre os recursos:

A reorganização dos ambientes virtuais de aprendizagem e outras tecnologias disponíveis nas IES para atendimento do disposto nos currículos de cada curso; realização de atividades on-line síncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica; oferta de atividades on-line assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica; estudos dirigidos; realização de testes on-line ou por meio de material impresso a serem entregues ao final do período de suspensão das aulas; utilização de mídias sociais de longo alcance (WhatsApp, Facebook, Instagram etc.) para estimular e orientar os estudos e projetos (BRASIL, 2020b, p. 9).

Todavia, sabem-se as carências em relação ao que os documentos propõem, e a realidade enfrentada, “é primordial para problematizar os modelos de formação acadêmica” (LIMA *et al.*, 2020, p. 20). Apesar disso, ações como o Programa Residência Pedagógica,



ofereceram suporte, de maneira que surgiu como uma inspiração para formação discente de cursos de Licenciatura, tal como na área da saúde, uma vez que promoveu situações reais no ambiente escolar.

Os cursos do Centro Universitário São Camilo – ES, que estão envolvidos no Programa Residência Pedagógica, são: Inglês, História, Pedagogia e Educação Física, como parte da Política Nacional de Formação de Professores, em escolas de Educação Básica.

Além do incentivo na formação de experiência em sala de aula, tem-se a concessão de bolsas, ou seja, é como um estágio com remuneração, todavia, a margem para diferença está presente na amplitude do que é desenvolvido. No Programa Residência Pedagógica é pregada maior autonomia, desde ministrar aulas, até pôr em prática projetos de intervenção.

A Residência Pedagógica como projeto constituído pela CAPES criado em 2011 e implantado em 2012 tem na sua proposta que os professores residentes frequentam um centro de excelência da educação básica no qual eles realizam atividades teórico-metodológicas, que equivale a um curso de pós-graduação lato-sensu e tem como fundamento o conceito de “imersão” e parceria na atividade prática entre diferentes instituições. (SILVA; CRUZ, 2018, p. 236)

No ensino, a perspectiva adotada, além da integração, é o amparo entre pesquisa e envolvimento, isso permite, a seu modo, um diálogo horizontal da sala para com o meio acadêmico. Segundo Althaus (1997, p. 72) citado por Silva e Cruz (2018, p. 238), “o despertar pedagógico começa a se manifestar apenas [...] no momento em que os alunos realizam estágios nas escolas”, o que reforça a necessidade desse contato durante os anos de graduação.

2. A REALIDADE DOCENTE EM TEMPOS DE PANDEMIA

A princípio faz-se necessário a discussão sobre a realidade dos professores em nosso país. Em primeiro plano, é verificável que as atuais configurações do trabalho docente são analisadas e caracterizadas a partir do:

Processo de precarização; sobrecarga de trabalho; falta de valorização do professor (econômica e socialmente); excesso de controle institucional; falta de apoio da gestão quando os professores são desrespeitados, agredidos e assediados; e a responsabilização individual dos docentes pelo fracasso dos alunos (SOUZA et al, 2021, p.8).

Ademais, existem problemas que afetam diretamente a saúde do profissional, como distúrbios de voz, distúrbios osteomusculares e, principalmente, complicações relacionadas à saúde mental.

Esse cenário de inúmeras dificuldades e carências parece se agravar, com a pandemia da COVID-19, que aterrorizou o mundo todo. Essa precarização da docência ocorre com



ainda maior intensidade nas escolas públicas brasileiras, tendo em vista que antes mesmo da pandemia o professor nesse âmbito já contava com inúmeras dificuldades. De antemão, ressalta-se que o cancelamento das aulas presenciais foi uma medida para conter a exposição ao vírus e, conseqüentemente, a propagação do mesmo entre alunos, servidores e familiares. Logo, é aprovada a Medida Provisória N°934, de 1 de abril de 2020, que dispensou a obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar. Todavia, esse fato fez com que um novo desafio fosse lançado e que se resumiu na indagação: como proporcionar o canal de ensino-aprendizagem ao aluno mediante tal distanciamento do ambiente escolar?

A resolução para a problemática se deu por meio do uso dos recursos digitais, que se fez presente em vários setores da sociedade, além de intensificar e facilitar a comunicação virtual. Destarte, o Ministério da Educação aprovou a Portaria n°544 de 16 de julho de 2020 que autorizou as instituições de ensino a realizarem “atividades letivas que utilizassem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais” (BRASIL, 2020a, p.1) processo chamado de ensino remoto. Assim sendo, ressalta-se o uso de canais como o *Whatsapp*, utilizado para repassar aos responsáveis e alunos, atividades, informações, orientações e esclarecimento de dúvidas, através de grupos. Além disso, é notório o uso de plataformas como *Facebook* e *Instagram*, e outros ambientes virtuais mais específicos para uso escolar como o *Google sala de aula* ou o *Microsoft Teams*, atendendo ao uso de videoconferências.

Inclusive, ressalta-se em âmbito estadual, a Portaria N° 048-R, de 01 de abril de 2020, que instituiu o Programa EscoLAR para a Rede Pública estadual de Ensino do estado do Espírito Santo, cuja finalidade foi incentivar a oferta de Atividades Pedagógicas não presenciais (APNPs) associadas à adoção de metodologias inovadoras e ao uso de tecnologias. Logo, seu texto prevê o uso de recursos já mencionados, como o Google Sala de Aula e WhatsApp, além da possibilidade de mediação da aprendizagem com os estudantes com momentos online, e a elaboração de podcasts, animações e jogos pelo professor.

Todavia, ainda que essas estratégias parecem ser boas soluções, carregam consigo algumas deficiências, não somente relacionadas ao aprendizado do aluno, mas também ao desempenho e metodologia do docente. Urge, portanto, a primeira delas: a falta de recursos tecnológicos. Segundo os índices da pesquisa do Gestrado (2020), cerca de 17% dos docentes pesquisados não possuíam os meios necessários para o desenvolvimento das aulas. Diante desta realidade Melo (2020, p.15) afirma que ocorreu o sentimento de insegurança por parte

dos professores em função de estarem desprovidos dos meios necessários para o ensino remoto:

A crise econômica fez parte também da vida dos professores, que além de elaborar as atividades, considerando que os alunos não terão a sua presença física para orientá-los, precisa de uma estrutura de tecnologias digitais para as aulas remotas, como computador e internet banda larga, mas não recebem nenhum equipamento para uso no trabalho, tendo que se dispor de recursos próprios, além da readequação de sua prática docente, a acontecer de forma remota, sem nenhum preparo para isso. (MELO, 2020, p.15)

À vista de tudo isso, a responsabilidade pela transformação do espaço domiciliar em local de trabalho coube exclusivamente aos docentes, arcando com custos extras e ainda conciliando o ambiente profissional ao familiar mediante a um momento de inúmeras fragilidades.

Todos os custos relacionados às condições materiais do trabalho e infraestrutura física, como computador, câmera, microfone, impressora, internet, luz elétrica, mobiliário, entre outros, ficaram a cargo dos docentes. Além dessas despesas, houve a necessidade de manutenção desses equipamentos e do próprio manuseio de tecnologias e mídias. (SOUZA, 2021, p.5)

Em suma, vê-se que os professores passaram a “trabalhar em tempo integral na própria casa, em situação de trabalho remoto, home office ou teletrabalho, expostos às condições de trabalho improvisadas e às jornadas extenuantes” (SOUZA et al, 2020, p.3). De fato, a utilização de diversas plataformas digitais, demanda uma organização muito maior. E para dar conta de todas as tarefas, foi necessário realizar atividades fora da jornada formal de trabalho, montar atividades, gravar aulas, disponibilizá-las em plataformas digitais e atender alunos por aplicativos para tirar dúvidas. Para Souza, os docentes encontraram-se:

Submetidos às novas exigências e mudanças na organização do trabalho, tais como ritmo de trabalho, sobrecargas laborais, burocracia, controle (remoto) de turma e, ainda, o tipo de gestão e ferramentas para controle e desenvolvimento do trabalho, algo que recrudescer com o advento do trabalho remoto (SOUZA, 2021, p.6).

Diante deste cenário inédito, ocorre ainda a sua culpabilização pelo fracasso do uso das tecnologias digitais na educação. Outrossim, ainda em à análise sobre as consequências da pandemia que perpassam pela trajetória do professor. Verificou-se que o mesmo acaba por perder sua privacidade, tanto espacialmente, por ter que lecionar dentro de casa, quanto digitalmente, “o WhatsApp, assim como o Instagram, que antes era de uso particular, tornou-se também em ferramentas de contato profissional, a fim de possibilitar maior interação do professor com o estudante” (PALUDO, 2020, p.49), sendo esses os métodos mais utilizados segundo pesquisa da Nova Escola (2020). Ademais, diante da situação exposta anteriormente, é perceptível que esse confronto com o desconhecido e a sobrecarga de trabalho pode gerar



problemas de saúde para esses profissionais como a sobrecarga psicológica, pode gerar angústia e se transformar em ansiedade e pânico (SOUZA et al, 2021, p. 8).

Em continuidade, outro grande problema que afetou o desempenho do professor e, conseqüentemente, a educação dos alunos foi à falta de domínio desses profissionais para lidar com os recursos tecnológicos. Consoante à pesquisa do Gestrado (2020), mais de 53% dos docentes pesquisados (cerca 15 mil professoras e professores de todas as regiões do país, de redes municipais, estaduais e federais), não teve nenhum tipo de formação para o uso de mídias digitais para a docência, bem como apenas 28,8% dos docentes afirmaram ter facilidade para o uso desses meios.

Verifica-se que a maioria dos discentes não teve como foco a utilização desses recursos tecnológicos em seus cursos de licenciatura, e, não houve até então uma preocupação por parte dos agentes governamentais com uma qualificação nesse sentido. Além disso, os fatores como a desvalorização e a precarização das condições de trabalho e a necessidade de complementar renda, impossibilita e desmotiva os professores a buscarem uma formação continuada nessa área. Soma-se a isso, a pouca oferta de cursos e treinamentos durante este período de pandemia por parte do governo e secretarias, tendo-se uma grande preocupação com os fins e não com os meios para alcançar métodos que aperfeiçoem o processo de ensino-aprendizagem, levando o aluno ao pleno conhecimento. Sobre estes aspectos, Paludo pontua:

A formação dos professores dificilmente contempla a demanda por EaD, não existindo uma familiarização com as plataformas digitais, o que implica na impossibilidade de aplicação de métodos usuais de avaliação e de ministrar aulas. Os métodos até então usados para driblar todas as dificuldades já não estão disponíveis de forma integral (PALUDO, 2020, p.48).

A partir desse contexto surgiu à necessidade dos professores reinventarem sua forma de lecionar - estratégias pedagógicas, saberes, metodologias, didática etc - indo além da maneira tradicional utilizada no ensino presencial, bem como todo corpo acadêmico, a fim de esquematizar possíveis alternativas que equalizam o estudo e aprendizagem dos alunos e respectivas turmas.

Assim sendo, “preponderam improvisos ou processos de aprendizagem (inter-relacionais) entre gerações docentes, nos quais os mais novos ensinam aos mais velhos, como único recurso de apropriação de técnicas virtuais” (SOUZA et al, 2021, p.7). É inquestionável, portanto, o esforço incansável desses profissionais em se reinventar e em ressignificar suas experiências, transformando-as e adaptando-as para o ambiente virtual, mesmo sem uma preparação adequada, para oferecer o melhor aos seus estudantes (RONDINI et al, 2020, p.48).



Logo, Souza et al (2021, p.4) reforça ainda que estivemos “diante de um novo desafio para a produção de sociabilidades e laços coletivos no trabalho docente que antes eram baseados na proximidade física, mas que hoje já não existem e não existirão com tanta intensidade no futuro”, destarte, esse contexto da pandemia exigiu dos docentes habilidades, como, motivar, orientar e avaliar o percurso formativo do aluno, o qual ele fará sozinho, visando à construção de sua autonomia.

3. ADAPTAÇÃO DOS ALUNOS

O ambiente da sala de aula é híbrido e sujeito a mudanças contextuais de acordo com a interação aluno-professor provenientes de vivências comuns internas e experiências sociais externas, tornando assim a sala de aula um espaço de trocas multifacetadas.

Desse modo a rotina diária educacional está repleta de ocorrências significativas tanto na vida do educando quando na vida do educador, dentre eles destaca-se a relação afetiva, essa compõe um dos muitos artifícios do arsenal do professor a fim de tornar o processo de ensino-aprendizagem mais humanizado e menos mecânico, uma vez que, como ilustra Almeida (1999, p. 15) o processo de educar não requer competências apenas para fins acadêmicos e/ou o mundo do trabalho, para, além disso, a educação letrada visa formar cidadãos do mundo.

A vista disso, Ana Rita Silva Almeida compõe (1999, p. 22) que o contexto pandêmico solapou a dinâmica: aluno, professor e sala de aula, dado que além dos problemas de acesso a uma educação igualitária fundamentada no acesso à internet, a nova educação conta ainda com o problema da adaptação junto a uma educação restrita a comodidade do lar, isto é, em uma sociedade cujo sair na rua significa risco de morte, a própria dinâmica familiar muda quando as crianças estão em casa. O olhar atento do professor na sala de aula é substituído pela vigília diária dos pais, na luta de manter seus filhos centrados nas atividades escolares.

Mediante a isso, o Decreto nº 4.659-R, de 30 de maio de 2020, estabelece em seu Art.1º que o quadro de aulas espírito-santense passará por alterações, cuja permanência dependerá de uma revisão contextual a cada 30 dias. Junto a esse se soma o Decreto nº 4.624-R de 04 de abril de 2020, que determina em seu Art. 2º, inciso 3º que os ajustes necessários ao quadro escolar ficam a cargo da SEDU, essa podendo expedir ato infralegal para regulamentar as predisposições presente nesse decreto. Levando em consideração essa medida, as alterações no calendário escolar devêm ser realizadas de maneira oportuna, ou seja, após análise da realidade de cada escola.



Por essa razão a adaptação dos alunos está sujeita a impactos nocivos, dado que sem as aulas presenciais e a equipe pedagógica a disposição do aluno e da família a acomodação ao sistema remoto e a proposta híbrida tornam-se muito mais difíceis. O resultante desse novo cenário são os novos obstáculos no caminho do ensino-aprendizagem decorrentes da comodidade do lar.

Isto é, os pais precisam estar muito mais atentos ao tempo gasto em frente ao monitor, além de garantir o cumprimento das atividades de modo a solapar a monotonia presente na repetição cotidiana, e para que esse novo sistema funcione de forma eficaz é fundamental o estabelecimento de uma rotina que propicie a habituação em doses regradas ao novo cotidiano, desse modo o adolescente mostra-se mais disposto ao cumprimento de suas atividades diárias (BACIACH; NETO; TREVISANI, 2015).

Em contrapartida, a comodidade familiar proposta pelo “estar em casa” dificulta no estabelecimento de uma rotina regradada, visto que em casa as distrações são muito mais oportunas, bem com o uso sem supervisão do celular, da TV e do próprio computador, afora o acesso fácil a dispensa, fato que além de distrair durante o processo de estudo tem contribuído para o aumento do índice de obesidade no país. A esse respeito à Revista Eletrônica Acervo Saúde, publicou um artigo que revela o impacto do COVID-19 em crianças:

As estratégias para conter a disseminação do COVID-19 impactam diretamente na alimentação, já que a restrição da mobilidade limita a frequência de compra de gêneros alimentícios. A consequência é um maior consumo de alimentos processados e enlatados que são mais fáceis de adquirir e armazenar e possuem maior prazo de validade. Esse tipo de alimento tem baixo valor nutricional e alto valor calórico, contribuindo para o surgimento ou agravamento de sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes. (SOUSA, G. C. *et al.*, 2020, p.6).

Além do aumento da obesidade infantil em decorrência de atividades restritas as salas de casa, a suspensão das aulas mediante o contexto pandêmico também interfere na alimentação de crianças em comunidades carentes. Isto é, as refeições ofertas pelas escolas são muitas das vezes a única fonte de alimentação diária, a falta propicia desnutrição e consequentemente a educação fica em segundo plano.

[...] a merenda escolar é fonte segura e equilibrada de alimentação, sendo, em alguns casos, a única refeição com essas características acessível a vários alunos. Na situação econômica atual, o sustento de muitas famílias ficou comprometido e a disponibilidade de alimentos nutritivos ficou ainda mais escassa para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica. (SOUSA, G. C. *et al.*, 2020, p.6).



Mediante a esse cenário tanto o acesso desenfreado a *lanchinhos* esporádicos, quanto à suspensão da alimentação escolar contribuem para o atraso no desenvolvimento educacional e social da criança e do adolescente.

Ambos por razões distintas têm tornado o perfil do aluno brasileiro mais lento e menos inclinado a prestar atenção nas aulas televisionadas, dessa forma o aprender fora substituído pela comodidade e/ou pela falta de acomodação do estar em casa, tornando por vezes esse aluno em um indivíduo acrítico pré-disposto a voltar aos moldes cartesianos do aprender a aprender, indo contra o longo processo educacional que, em menção a Freire (1996, p. 25) por anos lutou para que a educação fosse menos mecânica e mais participativa de ambos os lados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do quadro epidemiológico acarretado pelo Coronavírus (COVID-19), conclui-se que houve uma mudança necessária e significativa no modelo tradicional de ensino, que passou de presencial a não presencial, sendo assegurada por lei. Esse contexto modificou não somente a vida dos alunos e pais, como também, e em grande proporção, a rotina dos professores, que tiveram que reinventar sua prática docente mediante as plataformas digitais e aos ambientes virtuais, superando desafios antes já existentes, mas que foi acentuada, como a desvalorização do seu trabalho e a sobrecarga. Tudo isso, com o intuito de levar o conhecimento, motivar e orientar os alunos a fim de fomentar esse novo canal de ensino-aprendizagem.

Todavia, esses meios que parecem ser a solução perante a pandemia, também carregam consigo falhas, bem como interferências diretas nesse processo: ocorre a falta de recursos tecnológicos por parte de docentes e discentes; muitos professores apresentam pouco domínio sobre as tecnologias, ao passo que não receberam em sua formação orientações adequadas para tal ou qualquer tipo de treinamento; ocorre a transformação de o espaço domiciliar em um espaço de trabalho, tornando-se professores em tempo integral; a perda de privacidade e aspectos emocionais ou psicológicos afetados.

Ademais, esse cenário alterou também a formação dos graduandos em licenciatura das diversas áreas, já que as IES viram-se obrigadas a adotar o sistema de ensino remoto. Salienta-se que essa conjuntura dificultou o contato desses futuros professores com a sala de aula. Contudo, o projeto Residência Pedagógica também se reinventa, de modo que se torna agente na minimização desse distanciamento, por meio do desenvolvimento de projetos.



VIII ENALIC

EDUCAÇÃO DIGITAL

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS

VII SEMINÁRIO DO PIBID

II SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. **A emoção na sala de aula**. Campinas: Papyrus, 1999.

BACIACH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. Ensino **híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso Editora Ltda, 2015.

BORSA, J. C. **O papel da escola no processo de socialização infantil**. Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0351.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

BRASIL. (2020b). **Parecer CNE/CP nº 5/2020**. Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia da Covid-19. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 4.625-R, de 04 de abril de 2020**. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 04 dias do mês de abril de 2020, 199º da Independência, 132º da República e 486º do Início da Colonização do Solo Espírito-Santense.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 4.659-R de 30 de maio**. *Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19), e dá outras providências*. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 30 dias do mês de maio de 2020, 199º da Independência, 132º da República e 486º do Início da Colonização do Solo Espírito-Santense.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 4593 – R, de 16 de março de 2020**. Emergência em Saúde Pública no Estado do Espírito Santo decorrente do surto de coronavírus (COVID-19). Palácio Anchieta, em Vitória, aos 13 dias de março de 2020, 199º da Independência, 132º da República e 486º do Início da Colonização do Solo Espírito-Santense.

BRASIL. **Decreto Estadual nº 4606, de 21 de março de 2020**. Redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Palácio Anchieta, em Vitória, aos 21 dias do mês de março de 2020, 199º da Independência, 132º da República e 486º do Início da Colonização do Solo Espírito-Santense.

BRASIL. **Medida Provisória Nº 934, de 1 de abril de 2020**. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Portaria n. 544 de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. 2020a.



VIII ENALIC

EDIÇÃO DIGITAL

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS

VII SEMINÁRIO DO PIBID

II SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

BRASIL. **Portaria N° 048-R, de 01 de abril de 2020.** Institui o Programa EscoLAR no âmbito das escolas da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo e demais providências.

BRASIL. Secretaria de Estado da Educação. Conselho Estadual de Educação. **Resolução CEE-ES N° 5.447/2020.** Publicado no Diário Oficial em 22 de março de 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESTRADO. **Trabalho docente em tempos de pandemia** – relatório técnico. GESTRADO/UFGM, 2020.

LIMA, Bárbara Grace Tobaldini et al., Educação Superior em tempos de Pandemia Versusa (Des) orientação dos Documentos Oficiais. **Research, Society and Development**, v. 9, n.8, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5193/4546>> .Acesso em: 21 jan. 2021.

MELO, Itálo Vaz. **As consequências da pandemia (COVID-19) na rede municipal de ensino:** impactos e desafios. 2020, 24f. Pós graduação (latu sensu) em docência no ensino superior, Instituto Federal Goiano, 2020.

NOVA ESCOLA. **A situação dos professores no Brasil durante a pandemia. Nova escola.** 2020. Disponível em: <https://nova-escolaproducao.s3.amazonaws.com/MEWKNnJz3TJ8kKd7UhrpCuVcR95vP4VAEk83JtQS e4cf erz85NnUvehrccET/ne-pesquisa-professor-final-1.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

OLIVEIRA, Eleilde de Sousa *et al.* A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19. **BrazilianJournalofDevelopment:** Curitiba, v. 6, n. 7, p. 52860-52867, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>> .Acesso em: 20 jan. 2021.

PALUDO, Elias Festa. **Os desafios da docência em tempos de pandemia.** Em Tese, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 44-53, 2020.

RODRIGUES, Leôncio Gonçalves *et al.* Educação à Distância, ensino remoto e as novas tecnologias de informação e comunicação educacionais em um cenário de pré e pós pandemia. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, 2020. Disponível em: <<https://www.rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10168/9049>> .Acesso em: 21 jan. 2021.

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE; Cláudia dos Santos. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas**, Aracaju. V.10, N.1, p. 41 - 57, 2020.

SILVA, Katia Augusta Curado Pinheiro; CRUZ, Shirleide Pereira. A Residência Pedagógica na formação de professores: história, hegemonia e resistências. **Momento:** diálogos em educação, E-ISSN 2316-3100, v. 27, n. 2, p. 227-247, mai./ago, 2018.



VIII ENALIC

EDICAÇÃO DIGITAL

VIII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS

VII SEMINÁRIO DO PIBID

II SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

SOUSA, G. C. *et al.* Pandemia de COVID-19 e suas repercussões na epidemia da obesidade de crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 12, N. 12, p. 1-8, 2020.

SOUZA, Kátia R. et al. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00309.